

Falta de consenso atrasa votação

BRASÍLIA — O argumento mais ouvido no Congresso para justificar a lentidão na aprovação de projetos importantes aponta para a dificuldade de se obter consenso em torno deles. "Isso aqui não é uma máquina de fazer leis, tudo tem que ser muito discutido", argumenta o líder do PDT na Câmara, Éden Pedroso (RS). Sigmarinha Seixas (PSDB-DF) diz que é necessário levar em conta que o Congresso não é só uma cabeça, mas 503 cabeças na Câmara e 81 cabeças no Senado, todas diferentes. Hoje, estão entregues a essas 584 cabeças as seguintes decisões:

■ **Ajuste fiscal** — Primeiro projeto enviado por Itamar Franco ao Congresso, a medida visa alterar a Constituição nos artigos referentes à tributação. Cria um imposto sobre ativos financeiros e preconiza o fim do sigilo bancário. É um dos projetos que mais sofre resistência no Legislativo, por aumentar a arrecadação sem oferecer a contrapartida da redução dos gastos públicos.

■ **Modernização dos portos** — Esse projeto redefine o regime de exploração dos portos e das instalações portuárias. Quinta-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou duas alterações que quebram o acordo feito quando o texto foi aprovado na Câmara e restabelecem o monopólio dos sindicatos de portuários sobre a contratação de mão-de-obra. A comissão volta a se reunir terça-feira, para concluir a votação. Ai, então, o projeto vai a plenário, onde poderá ser restabelecido o texto original.

■ **Concessão de serviços públicos** — Permite que a União, os Estados e os municípios revisem sua legislação para permitir a iniciativa privada a concessão de serviços públicos. Tramitando há dois anos, o projeto ainda está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

■ **Patentes** — Esse projeto pretende a revisão do Código de Propriedade Industrial, dispondo sobre as medidas de salvaguarda dos direitos conferidos pela patente, a proteção ao inventor, a absorção de tecnologia e a competitividade no Exterior. Relator do projeto, o deputado Ney Lopes (PFL-RN) quer levá-lo a plenário até o dia 15. Ninguém acredita que ele consiga.

■ **Participação nos lucros** — Define a participação dos trabalhadores nos lucros

das empresas, assim como sua participação nos ganhos resultantes da produtividade. Esse direito foi previsto na Constituição de 1988 e o projeto tramita pelas comissões desde 1989. Agora está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, aguardando deliberação.

■ **Reforma agrária** — Vinculando o direito de propriedade da terra ao cumprimento de sua função social, o projeto foi aprovado na Câmara num acordo entre esquerda e direita que resultou na aceitação de um projeto de modernização dos portos mais indigesto para os portuários. Agora, a Câmara aguarda que o Senado vote a matéria dos portos para então votar definitivamente a reforma agrária.

■ **Despesas com funcionalismo** — De autoria da deputada Rita Camata, o projeto dispõe que as despesas com pessoal ativo e inativo, da União, Estados e municípios, não poderão exceder 60% da receita corrente líquida. Hoje, o projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, aguardando parecer do senador Meira Filho (PFL-DF).

■ **Licitações e contratos** — Institui normas gerais do estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos de obras, serviços, compras, locações e alienações. Aguarda decisão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

■ **Fundos de investimento imobiliário** — Enviado no governo Collor e inspirado no Direito suíço, esse projeto autoriza a criação de fundos de investimento imobiliário, sem personalidade jurídica, destinados à aplicação em imóveis e empreendimentos imobiliários em geral. Aguarda parecer na Comissão de Assuntos Econômicos da Câmara.

■ **Advocacia geral da União** — Tramitando há um ano, esse projeto institui a lei orgânica e define a competência e a representação judicial dos advogados da União. Está pronto para ser votado no plenário da Câmara, mas são fortes as acusações de que contém um "trem da alegría".

■ **Lei eleitoral e partidária** — Esse assunto está sendo examinado nas duas Casas do Congresso e o propósito é racionalizar a organização política brasileira, dando também maior transparéncia aos gastos com campanhas eleitorais.